



FOLHETIM DE GEOGRAFIAS AGRÁRIAS DO SUL

Revista Mutirão

ISSN: 2675-3472



O TRISTE SONHO DO ELDORADO CONTEMPORÂNEO: O Impacto do Garimpo Ilegal na Terra Indígena Kayapó – PA

Alberto da Silva Amaral^I , Prof. Dr.^a Claudia Leonor López^{II} 

^IUniversidade Estácio/ Museu Paraense Emílio Goeldi – MPEG, Belém, Pará – PA, Brasil

^{II}Coordenação de Ciências Humanas, Museu Paraense Emílio Goeldi – MPEG, Belém, Pará – PA, Brasil

RESUMO

O presente trabalho apresenta os resultados obtidos durante a pesquisa desenvolvida no MPEG, onde se buscou compreender os impactos socioculturais gerados pela atividade ilegal do garimpo na terra indígena Kayapó. A partir do levantamento bibliográfico e documental, com abordagem qualitativa, e enfoque histórico e socioantropológico, buscamos compreender como a atividade garimpeira tem sido uma máquina propulsora de destruição da Amazônia, e isto pode ser observado ao longo da história da prática do garimpo ilegal na Terra Indígena Kayapó, situada na região sudeste do Estado do Pará, no Brasil. A relação do garimpo com a consequente desestruturação do modo de vida e os impactos sobre o bem-estar dos povos indígenas na América são coetâneas ao próprio processo de colonização do continente. Desde o início da invasão das terras americanas pelos Europeus, o desejo de rápida riqueza através do extrativismo de ouro, prata, de outros metais e pedras preciosas tem impulsionado processos de extermínio e desterritorialização dos povos que aqui viviam. Neste sentido, buscamos compreender que a colonização não se configura apenas como investida do passado, pois se atualiza no tempo pela *colonialidade* do poder, levada a cabo pelas designações do sistema moderno/colonial, que age nos diversos aspectos da vida social, envolvendo as relações de poder nas suas múltiplas dimensões.

Palavras-chave: Mebêngôkre-Kayapó; garimpo ilegal; desenvolvimento; Amazônia; ouro.

THE SAD DREAM OF THE CONTEMPORARY ELDORADO: The Impact of Illegal Mining in the Kayapó Indigenous Land – PA

ABSTRACT

The present work presents the results obtained during the research developed at MPEG, where an attempt was made to understand the sociocultural impacts generated by the illegal mining activity in the Kayapó indigenous land. Based on a bibliographical and documental survey, with a qualitative approach, and a historical and socio-anthropological focus, we seek to understand how mining activity has been a driving machine for the destruction of the Amazon, and this can be observed throughout the history of the practice of illegal mining in the Kayapó Indigenous Land, located in the southeastern region of the State of Pará, in Brazil. The relationship between mining and the consequent disruption of the way of life and the impacts on the well-being of indigenous

peoples in America are coeval with the continent's colonization process itself. Since the beginning of the invasion of American lands by Europeans, the desire for quick wealth through the extraction of gold, silver, other metals and precious stones has driven processes of extermination and deterritorialization of the people who lived here. In this sense, we seek to understand that colonization is not configured only as an attack from the past, as it is updated in time by the coloniality of power, carried out by the designations of the modern/colonial system, which acts in the various aspects of social life, involving power relations in their multiple dimensions.

Keywords: Mebêngôkre-Kayapó; illegal mining; development; Amazon; gold.

LE RÊVE TRISTE DE L'ELDORADO CONTEMPORAIN: L'impact de l'exploitation minière illégale sur les terres indigènes Kayapó - PA

Le présent travail présente les résultats obtenus au cours de la recherche développée au MPEG, où une tentative a été faite pour comprendre les impacts socioculturels générés par l'activité minière illégale dans la terre indigène Kayapó. À partir d'une enquête bibliographique et documentaire, avec une approche qualitative, et une orientation historique et socio-anthropologique, nous cherchons à comprendre comment l'activité minière a été une machine motrice pour la destruction de l'Amazonie, et cela peut être observé tout au long de l'histoire de la pratique de l'exploitation minière illégale dans la Terre Indigène Kayapó, située dans la région sud-est de l'État du Pará, au Brésil. La relation entre l'exploitation minière et la perturbation du mode de vie qui en résulte et les impacts sur le bien-être des peuples autochtones en Amérique sont contemporains du processus de colonisation du continent lui-même. Depuis le début de l'invasion des terres américaines par les Européens, le désir de richesse rapide par l'extraction d'or, d'argent, d'autres métaux et de pierres précieuses a entraîné des processus d'extermination et de déterritorialisation des personnes qui y vivaient. En ce sens, nous cherchons à comprendre que la colonisation n'est pas seulement configurée comme une attaque du passé, car elle est actualisée dans le temps par la colonialité du pouvoir, portée par les désignations du système moderne/colonial, qui agit dans les différents aspects de la vie sociale, impliquant les rapports de force dans leurs multiples dimensions.

Mots clés: Mebêngôkre-Kayapó; exploitation minière illégale; développement; Amazone; or.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo apresentar a pesquisa PIBIC/CNPq desenvolvida no Museu Paraense Emílio Goeldi – 2020-2021, onde analisamos os impactos Sócio Culturais e ambientais na Terra Indígena Kayapó - TIK em decorrência da atividade ilegal do garimpo onde se tem ocasionado fortes mudanças na geografia territorial e humana do povo indígena Mebêngôkre-Kayapó.

Para buscarmos essas investigações realizamos uma vasta pesquisa bibliográfica para que pudéssemos documentar e analisar o avanço do garimpo ilegal na Terra Indígena Kayapó a partir de uma perspectiva histórica, no entanto, procuramos fugir da história enquanto processo linear que alcançaria um fim idealizado, nos moldes do pensamento hegeliano. Para isso recorreremos ao pensamento de Michel Foucault sobre as contingências que formam o presente, num questionar constante sobre a proveniência e emergência dos acontecimentos históricos. Em oposição à ideia de origem, que pressupõe um desenvolvimento linear, a ideia de proveniência carrega em si toda a série de contingências, heterogeneidades, rupturas e

fragmentações sutis próprias ao momento histórico. Da mesma forma, a emergência não se mostra como ponto final do acontecimento, mas sim como momento em que todas aquelas rupturas e sutilezas se concretizam em um processo de normalização que grosseiramente representa o surgimento de determinado elemento histórico.

Iniciamos nossas discussões apresentadas a Terra Indígena Kayapó, posteriormente à estas discussões apresento a TI Kayapó, apontando as aldeias que fazem parte daquele território, as dimensões geográficas e como o garimpo está disposto naquela terra indígena, mostrando como a atividade garimpeira tem impactado a vida dos indígenas que ali residem. Apresento a importância dos Mebêngôkre-Kayapó para o Museu Emílio Goeldi.

Buscamos dialogar com as fontes consultadas e com mapas fornecidos pelos relatórios do MapBiomias, para que tenhamos uma melhor compreensão dos problemas tratados neste trabalho, inclusive busco apontar quais municípios da região sudeste do Pará são mais atingidos pela degradação causada pelo Garimpo na TI Kayapó.

No decorrer de nossas pesquisas fomos observando como o discurso do Desenvolvimento, imbricado em novos modos de colonização, ou seja, um neocolonialismo, e práticas essas que contribuí para o avanço do garimpo ilegal em terras indígenas, gerando grandes impactos ambientais, socioculturais no bioma Amazônica, percebendo inclusive que nos últimos quatro anos (2018-2022) essa questão grande visibilidade dentro de um Estado inoperante, atacando constantemente os direitos dos povos indígenas, em especial, a gestão da Morte do Inominável.¹ Para tais reflexões recorreremos ao pensamento decolonial dialogando com os autores como Aníbal Quijano, (2005); Arturo Escobar, (2005), Alberto Acosta (2006) e Horácio Aráoz (2020).

1. TERRA INDÍGENA KAYAPÓ

Nós, povos indígenas e populações tradicionais, protegemos diariamente a natureza e continuaremos a assim fazer. A proteção de nossos territórios é uma prática que vem de nossos ancestrais. Ao protegermos a floresta, cuidamos do que o Kuben chama de biodiversidade. E a biodiversidade também cuida de nós, garantindo o que precisamos para viver bem e continuar com nossa cultura forte. Sabemos que quando cuidamos de nosso território, não são apenas nossas comunidades que se beneficiam das florestas e

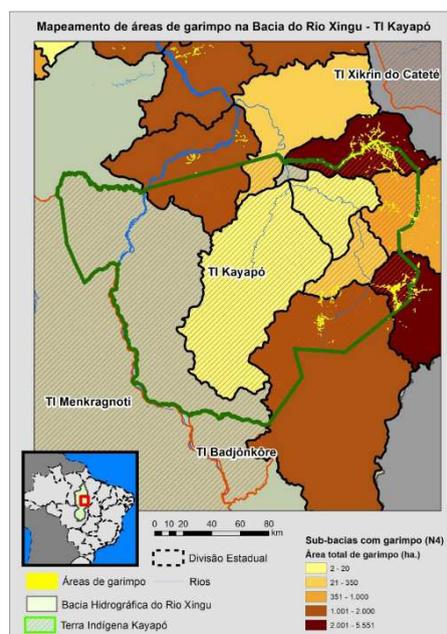
¹Optamos em nomear a gestão do senhor Jair Messias Bolsonaro de Inominável, pelo simples fato deste governo ter sido o pior governo na história do Brasil recente, sobretudo com os duros ataques que este governo emplacou em sua gestão diante do Bioma Amazônico, como exemplo o dia do fogo, que autorizou inúmeras queimadas como os inúmeros aos povos indígenas através dos projetos de leis que legalizam a extração de ouro em terras indígenas, contrárias a todas as convenções internacionais e a própria constituição.

rios preservados. Sem nossas florestas, o clima e as chuvas na região vão mudar, afetando a produção de alimentos e a vida de milhares de pessoas, indígenas e não indígenas. Os rios que nascem ou passam por nossos territórios correm para outras regiões e se não cuidarmos deles muitas outras pessoas também serão prejudicadas.

(Manifesto Kayapó contra o Garimpo – 2021)

Antes de focar nossos olhares para a questão do garimpo na TIK, busco apresentar ao leitor esse território. A Terra Indígena Kayapó (TIK) foi homologada e registrada na Secretaria de Patrimônio da União pelo decreto 316 de 30/10/1991, está situada no Estado do Pará, abrangendo os municípios de Bannach, Cumaru do Norte, São Félix do Xingu e Ourilândia do Norte.

Figura 1. Terra Indígena Kayapó



Fonte: Dossiê. Xingu Vivo - 2021

O povo Mebengokré/Kayapó está ligado histórica e cosmologicamente aos Kayapó setentrionais. Segundo Turner (IDEM, 1992:313), um mito de origem explica que todos os ancestrais moravam juntos numa região “entre águas”, o que também reforça a argumentação a partir da relação com a etimologia da palavra Mebengokré, que tem significado relacionado à sua cosmologia e origem, como sendo o “povo do buraco d’água” (LEA, 2012), ou a “gente do espaço dentro das ou entre águas” (TURNER, 1992). Segundo o pensamento Kayapó, o grupo descobriu uma árvore às margens do rio Tocantins, que produzia espigas de milho. Ela foi derrubada pelos guerreiros e à medida que o povo ia recolhendo as muitas espigas para cultivá-las, passavam a falar línguas diferentes, pois as espigas eram distintas e determinavam

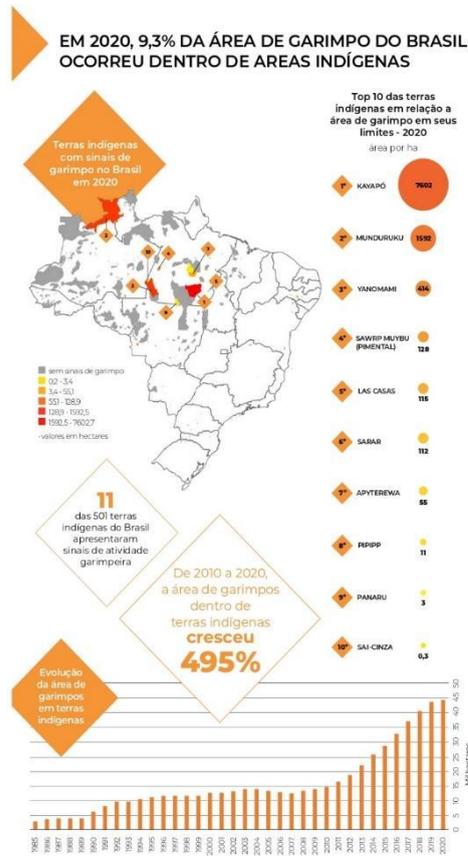
a diversidade de línguas. Assim teria sido a origem dos grupos que se separaram formando os Jê atuais.

Somente na década de 1960 houve a produção mais densa de pesquisas sobre o povo Kayapó, a partir do *Harvard Central Brazil Project*-HCBP, uma iniciativa que reuniu diversos pesquisadores brasileiros e americanos a fim de registrar informações sobre os povos indígenas macro-jê do Brasil Central (INGLEZ DE SOUSA, 2000). Estas pesquisas influenciaram a maior parte das produções científicas sobre os povos deste tronco nas décadas seguintes, visto que focalizaram as estruturas clássicas de constituição de cada grupo. A partir de então, pesquisadores importantes como Terence Turner (1966, 1987, 1991, 1992), Joan Bambenger (1967, 1979), Simone Dreyfus (1963), Lux Vidal (1977), Darrel Posey (1979 e 1987) e Vanessa Lea (1986, 1992, 2012) produziram trabalhos muito relevantes para se conhecer os Mebengokré/Kayapó. Mais recentemente, há produções em diversas áreas, como nos trabalhos de Cassio Inglez de Sousa (2000), Clarice Cohn (2006), Adriano Jerozolinsk (2005), Sol Elizabeth González Pérez (2016), Andres Pablo Salanova (2001), Andre Demarcchi (2014), Claudia López Garcés² (2012 até os dias atuais), Pascale De Robert (1990), Pedro Glécio (2016) entre outros.

A questão é que apesar da vasta pesquisa sobre a etnia, existem poucas ou nenhuma pesquisas tem sido desenvolvida sobre a questão do Garimpo Ilegal, conforme pode ser conferido na pesquisa que desenvolvemos no âmbito do PIBIC-MPEG – 2021-2022 (Amaral, 2022) onde pode ser observado que uma das principais razões dos impactos socioambientais nas terras indígenas do Povo Mebêngôkre-Kayapó são oriundas do garimpo ilegal. Por essas razões que desde 2020, temos nos dedicado à essa problemática de pesquisa, pois compreendo que esse gesto é também um gesto político. Fazemos essa observância uma vez que, de acordo com os dados do Mapbiomas a TI Kayapó, nos apresenta uma triste liderança em torno das terras indígenas onde o garimpo ilegal se faz mais presente dentro de seu território., como bem nos apresenta a imagem abaixo.

² Orientadora deste trabalho

Figura 2. O Avanço do garimpo em Terras indígenas e o ranqueamento das Tis, mas atingidas pelo garimpo



FONTE: Dados do mapeamento Anual da Mineração e Garimpo no Brasil – MAPBIOMAS – 2021

Como podemos notar, existe um avanço exponencial do garimpo nas terras indígenas ao longo dos anos. Além dos dados do MapBiomias que fez esse mapeamento ao longo dos 36 anos (1985 a 2020), no gráfico 1, os dados do INPE nos mostram esse crescimento desde 2001 até 2019.

GRÁFICO 1. Apresenta o avanço do desmatamento em Terras Indígenas na Amazônia



Fonte: Instituto Nacional de pesquisas Espaciais (INPE) / Organização: Instituto Socioambiental (ISA)

O Garimpo Ilegal na Terra Indígena Kayapó, tem ocasionado grandes impactos na Região Amazônica, conforme nos aponta o relatório de 2020 do Instituto Igarapé:

A Amazônia brasileira é cheia de operações ilegais de mineração de ouro, com 321 minas ilegais, ativas e inativas, identificadas nos nove estados que formam a Bacia Amazônica brasileira.² Tal situação tem um impacto direto sobre as taxas de desmatamento e os riscos à saúde das populações indígenas. O desmatamento da Amazônia aumentou 25% no primeiro semestre de 2020, segundo o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE). A contribuição da atividade mineradora para as taxas de desmatamento aumentou de 4%, em 2017, para 23%, em territórios indígenas, de acordo com dados registrados até 10 de junho de 2020. O desmatamento se concentrou em territórios indígenas onde, entre 2018 e 2019, a degradação ambiental causada pela mineração aumentou 107%. A devastação tem seu preço: de acordo com o Ministério Público Federal, 1 kg de ouro representa cerca de R\$ 1,7 milhão em danos ambientais, culminando em um custo ambiental cerca de 10 vezes maior que o preço real do ouro. (RISSO; SEKULA; BRASIL; SCHIMIDT; PESSOA, 2021.p. 03)

As atividades ilegais do garimpo têm ocasionado profundas transformações no modo de vida Mebengokré, mesmo para aquelas aldeias que não se envolveram diretamente com estas atividades. Para os pesquisadores da época, os Mebengokré estavam destinados à perda de suas terras, pois “muitos objetariam que os efeitos do dinheiro e das mercadorias sobre uma comunidade indígena são conhecidos e previsíveis: censura dos nexos sociais e de parentesco,

crescimento do individualismo, dissolução da moralidade comunitária; em poucas palavras: deterioração cultural e assimilação” (GORDON, 2006. P. 39)

Ressaltamos que a presença inicial do garimpo na TI Kayapó iniciou-se nos anos 60, com pico nos anos de 1980, quando 10 mil garimpeiros chegaram à então reserva Gorotire para realizar a atividade de extração de ouro da mina Cumarú (HECHT, 2010). Consultando as fontes que já foram apresentadas em capítulos anteriores, a presença do garimpo na TIK remonta a década de 1970 com o início do Projeto Cumarú, onde reservas de ouro foram descobertas na região da Serra Gradaus pelo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM). Atraindo empresas mineradoras para a região em busca de conseguirem o direito de exploração, no entanto, a notícia se espalhou de forma vertiginosa e rapidamente garimpeiros se deslocaram para a região chegando inclusive primeiro que as empresas de mineração, iniciando a lavra de forma manual em 1980. Sobretudo porque os depósitos de ouro estavam dispersos pela região, propiciando dessa maneira a chegada da garimpagem em território Kayapó (Cedi, 1984).

Mediante o impasse, a solução encontrada pelo governo federal da época foi a instalação, em março de 1981, de um sistema de controle análogo ao que ocorria em Serra Pelada, com a manutenção dos garimpeiros e a chegada de diversos órgãos para abastecimento, segurança, atendimento de saúde e, principalmente o monopólio da compra do ouro, atividade exercida pela Caixa Econômica Federal. Foi criado o então Projeto Cumarú, parte dele progredindo sobre a terra Kayapó. (Cedi, 1984) Como podemos verificar na Figura 1, hoje a devastação desse território é enorme.

Figura 3. Garimpo Maria Bonita em plena atividade em 2021.



Fonte: Instituto Sócioambiental – 2021.

Com o controle do governo federal sobre a extração do ouro, os Kayapó não passaram a garimpar em sua própria terra, mas firmaram convênio com a Caixa, recebendo parte do valor

arrecadado. Entretanto, não demorou muito para os índios sentirem os efeitos nocivos da garimpagem. Com a poluição das águas próximas ao garimpo, o número de doentes nas aldeias aumentava e a pesca era uma atividade cada vez menos frequente (O Liberal, 1981). Mais tarde, eles começaram também a demonstrar sinais de insatisfação quanto à porcentagem recebida pela atividade e, em 1984, comunicaram aos órgãos federais que estavam dispostos a desativar os garimpos caso os donos de barrancos não aceitassem aumentar o valor repassado (O Liberal, 1984).

De acordo com o Mapa de Conflitos da Fiocruz, a Terra Indígena Kayapó tem sofrido com as atividades ilegais de garimpo há pelo menos 40 anos. Nesse sentido, o nosso enfoque nessa pesquisa é verificar como o garimpo tem avançado ao longo do século XXI, visto que essa atividade tem atingido bastante a vida dos indígenas nesse território (MAPA DE CONFLITOS, FIOCRUZ, 2022). A atividade garimpeira se intensifica nos anos 80 na TI Kayapó, “no leito do rio Arraias, um tributário do rio Fresco”, se prolongando até meados dos anos 90:

Nesta mesma época surgiu outro foco de atividade garimpeira a montante da aldeia Gorotire, no rio Fresco, um dos principais tributários do Xingu próximo à cidade de São Félix do Xingu. Em 2014, uma nova frente garimpeira começou a operar na região do rio Branco, no limite nordeste da TI Kayapó. A atividade iniciou de forma incipiente e acelerou a partir de 2015, promovendo danos extensos e irreparáveis à calha do rio Branco e às populações das aldeias próximas aos garimpos. A partir de 2018, a atividade garimpeira ali começou a declinar, mas migrou novamente para os rios Arraias e Fresco, atualmente em rápida expansão. Em apenas quatro anos, entre julho de 2015 e julho de 2019, 5.713 hectares já foram destruídos pela atividade garimpeira que se aproxima cada vez mais das aldeias, colocando a saúde dos indígenas em risco e provocando conflitos associados à repartição inadequada dos benefícios gerados, à promoção da prostituição, assim como à violência causada pela facilidade de acesso a bebidas alcoólicas e outras drogas. Este número é maior do que o dobro de todo o desmatamento ocorrido na TI Kayapó desde a década de 1980 até junho de 2015. Em 2020, apenas nos cinco primeiros meses do ano, já foram desmatados 684 hectares - 182 ha só em maio. (DOSSIÊ – GARIMPO NO XINGU, 2021, p. 05).

Através da análise dos dados coletados nas fontes, verificamos que a Funai, Ministério Público Federal – MPF, Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos naturais – Ibama, a Polícia Federal – PF, a Marinha e a Força Nacional, “desde 1994 até agosto de 2018, realizaram mais de 14 operações de combate ao garimpo ilegal.” (CIMI – 2018). Notemos que em agosto de 2021, Força Nacional Ibama, Exército e Marinha realizaram uma operação em

Cumaru do Norte com o intuito de impedir o avanço do garimpo na região como podemos ver na reportagem do jornal A notícia – Sul do Pará / Tocantins (2021)

(...) começaram as mobilizações de garimpeiros para tentar impedir a entrada de um comboio que se dirigia para a sede do município de Cumaru do Norte e que em seguida partiria para os garimpos da região com o objetivo de prender e parar as atividades de extração de ouro, **que acontecem em várias áreas, inclusive indígenas**. Por volta de meio dia os garimpeiros usaram máquinas e abriram uma grande vala na PA 287, próximo a cidade de Cumaru do Norte. Ao mesmo tempo os garimpeiros também atearam fogo em uma ponte, para garantir que os carros da operação não seguissem viagem. Participam da operação, o exército, força nacional, marinha e Polícia Federal. Cinco helicópteros fazem parte da frota aérea que dá apoio a operação. Relatos que chegaram a nossa redação dão conta de **que várias pontes já foram queimadas nas estradas de acesso às áreas de garimpos**, com o intuito de impedir que os policiais cheguem até as os locais de extração de ouro. Ao todo são três os principais garimpos onde se concentram maior número de garimpeiros e máquinas PC que são os garimpos Maria Bonita, Cumaruzinho e Tarzam. (A NOTÍCIA – SUL DO PARÁ / TOCANTINS, 2021)

Fatos que não favoreceram a diminuição das tensões em torno da exploração de recursos naturais, muito pelo contrário, o que presenciamos foi o crescimento do desmatamento e da atividade garimpeira dentro da TI Kayapó. Como bem podemos observar nas análises realizadas na coleção 06 do Mapbiomas, a TI Kayapó lidera o ranking de desmatamento na Amazônia, como já foi visto anteriormente. Para que possamos compreender visualmente esse avanço do garimpo, as Figuras 20 e 21 nos mostra como o garimpo tem avançado na TI Kayapó:

Figura 4. Cor da água do Rio da Ponte e Rio Fresco sendo indicativo de partículas provenientes da lavagem de material (solos) em atividade garimpeira na TI Kayapó.



Fonte: Mural Interdisciplinar

Figura 5. Análise temporal por imagem de satélite (mosaico) Planet referente à degradação do solo por atividade garimpeira na Terra Indígena Kayapó, no município de Cumaru do Norte



Fonte: Mural Interdisciplinar

A partir das imagens acima, percebemos o quanto a atividade garimpeira é perversa no processo de “ursurpação” e violento nas transações garimpeiras em terras indígenas. O avanço do Garimpo na TI Kayapó só nos mostra a triste realidade que os povos indígenas tem enfrentado ao longo dos anos “dentro desse modelo mineral brasileiro, alguns inclusive já possuem investigações e monitoramento sistemático como os estudos desenvolvidos pelas organizações indígenas e o Instituto Socioambiental (ISA).” (WANDERLEY, 2021. p. 12).

2. Do desenvolvimento como discurso Colonial à Política da morte de um Estado Inoperante.

“O Brasil não existiu, o Brasil é uma invenção”.
Ailton Krenak

Abrimos essa seção com as palavras de Ailton Krenak, apresentadas na série “Guerras do Brasil”, pois deste já compreendemos que o Estado Brasileiro, deste o período colonial até os dias atuais, sempre olhou para os povos indígenas como um verdadeiro entrave para o dito desenvolvimento e progresso de sua nação, e para isso ao avançar nas leituras em torno de tais problemáticas fomos percebendo que a maioria, para não dizer, todos os conflitos territoriais na Amazônia, principalmente os ligados ao avanço do garimpo ilegal, que se faz presente nos dias

atuais, sobretudo se observamos os enormes retrocessos legais e desrespeitosos com a legislação sobre a extração de recursos minerais em terras indígenas. Como bem pode ser observado nos documentos³ e relatórios⁴ e demais notícias que apontam o avanço do garimpo ilegal em Terras Indígenas (Tis), em especial os garimpos ao longo do território da TI Kayapó, assim como os garimpos na TI Yanomami e Munduruku, são hoje responsáveis por 60% do desmatamento na Amazônia conforme nos aponta os dados do Mapbiomas (2021).

Como podemos perceber, todo esse massacre contra os povos indígenas sempre tem um nome chamado DESENVOLVIMENTO. A experiência da colonização europeia na América provocou, aos povos indígenas, enormes prejuízos, construindo um cenário onde se observaram todos os tipos de violências materiais e simbólicas. As implicações mais recorrentes da colonialidade remontam ao atual racismo institucional e estrutural, aos massacres e espoliações, tudo com raízes lá no sistema colonial, que perduram, mesmo com ressignificações, até a atualidade. Porém, uma questão que surge é: o que nos sobra para além da colonialidade? O que, de fato, não sucumbiu a esse padrão de poder, ou quais os meios acionados para encontrar o “**Buen Vivir**”? Pretendemos, aqui, argumentar que os nossos processos de resistência à essa dominação é o fator que sobra à colonialidade. Resistências que mantêm uma grande intimidade com o **primitivo**⁵, ou seja, que de fato melhor representam a identidade que foge à colonialidade.

A colonialidade se funda na imposição de uma classificação racial e étnica, sendo o melhor instrumento de dominação capitalista, em especial para a consolidação da forma de pensar e organizar europeia ou “central”⁶ sobre os novos territórios a serem “conquistados”,

A própria formulação e difusão do conhecimento, tido como clássico, em meados do século XVI e XVII, já demonstra a preocupação com as ideias eurocêntricas, se

³Ressalto aqui que uma das principais fontes que utilizamos para essa pesquisa foram as publicações sobre as ações do Ministério Público Federal em defesa aos povos indígenas frente a ilegalidade dos garimpos em terras indígenas.

⁴ Para esse trabalho analisamos todos os relatórios da Violência Contra os Povos Indígenas do Conselho Misionário Indigenista – CIMI; Relatório do Instituto Socioambiental – ISA; Relatórios do Instituto Igarapé; e as Coleções sobre o Avanço da mineração e garimpo no Brasil produzido pelo Mapbiomas.

⁵Termo utilizado neste trabalho para designar “*primeiro*”, ou seja, para evidenciar um *elemento original*. Expressão já foi, em diversos casos, empregada para se referir às civilizações erroneamente caracterizadas como atrasadas, arcaicas ou pouco evoluídas, conotando sentido pejorativo ao vocábulo. Não é nossa intenção que seja reproduzido e/ou interpretado de modo inadequado para nossos objetivos.

⁶Enrique Dussel (2015) explica como a Europa se institui como o centro do mundo a partir de 1442, com o “descobrimento” da América, colocando-se, por conseguinte, como centro da história mundial e parâmetro para as demais sociedades. Nesse sentido o termo “eurocentrismo” não se refere apenas à região europeia, mas a uma configuração global e hegemônica, que se forma a partir da Europa e da colonização. Falando de uma configuração de mundo moderna, ela se refere também aos Estados Unidos enquanto sociedade que assume posição central. Nesse entendimento, Quijano (2015) entende que, os demais espaços do globo que não têm status de centralidade ou topo restam à margem, como “periferia do mundo”. Tal configuração se evidencia, por exemplo, das discrepâncias entre Norte e Sul global.

consolidando como forma de manter e hegemonia do modo de pensar europeu. Desde tal período, os conhecimentos, o pensamento e o modo de organizar daqueles que não ocupavam o “topo” das relações sociais não foram admitidas como válidas, portanto, foram marginalizados ou mesmo extirpados (...) A universalização de uma só ideia de desenvolvimento descartava o modo com as demais sociedades haviam se desenvolvidos, afinal esses grupos (indígenas) eram vistos como “selvagens” e até desprovidos de humanidade. (QUIJANO, 2014, p. 285-286).

Não podemos nos esquecer que a resistência dos Povos Indígenas em relação ao avanço do Garimpo em terras indígenas, é uma resistência ao conceito colonizador de *Desenvolvimento* imposto nas sociedades ameríndias desde as invasões no início do séc. XVI até os dias atuais. “Desenvolvimento é uma moderna ideologia e utopia do Ocidente” (RIBEIRO, 2009, p. 67)

Desde os meados do século 20, um fantasma ronda o mundo. Esse fantasma é o desenvolvimento. Apesar de a maioria das pessoas seguramente não acreditar em fantasmas, ao menos em algum momento acreditou no “desenvolvimento”, deixou-se influenciar pelo “desenvolvimento”, perseguiu o “desenvolvimento”, trabalhou pelo “desenvolvimento”, viveu do “desenvolvimento”. E é muito provável que continue assim. (ACOSTA, 2016, p. 46)

Nesse sentido, gostaríamos de debater neste trabalho o conceito de *Desenvolvimento* a partir de um viés crítico por meio do estudo do Impacto Sociocultural que o garimpo tem acarretado as Terras Indígenas na Amazônia, em especial na Terra Indígena Kayapó.

É nesse embate, sobre o que é desenvolvimento e sobre qual desenvolvimento está pautada a democracia brasileira, que se discute o avanço do garimpo ilegal em terras indígenas. Cabe assinalar que o atual governo tenta de toda forma favorecer essa prática ilegal propiciando uma verdadeira devastação das terras indígenas e da Amazônia, pois essa atividade tem sido uma das responsáveis pelo desmatamento da Amazônia, resultando também em conflitos entre indígenas e garimpeiros.

Por essas razões, compreendemos o (des)governo de Jair Bolsonaro como o novo colonizador perverso da Amazônia, pois em nome do desenvolvimento, vem criando instrumentos como a PL 191/2020, para proporcionar o avanço do garimpo em terras indígenas, resultando em novos genocídios dos povos originários.

Para o universo sedimentado das representações sociais, para as formas tradicionais de sentir e perceber o mundo, a mineração, e **no nosso caso o garimpo**, é sem dúvida, sinônimo de modernidade, de progresso. No mundo contemporâneo das crenças feitas

corpo, a mineração – **garimpo está na base do bem-estar** e do conforto que nos provê a modernidade. Tal como se afirmar do poder – tanto por parte dos porta-vozes privados como dos **agentes governamentais** -, a vida moderna, o mundo contemporâneo, tal como o conhecemos e experimentamos, são impensáveis sem (sem esse tipo de) mineração (ARÁOZ, 2020, p. 77-78)⁷

Essa ideia de superioridade acabou por desconsiderar quaisquer outros modos de vida e de organização, tornando-se álibis inquestionáveis para a imposição do modo eurocêntrico. Avançando no tempo, o capitalismo segue na (re)elaboração das relações sociais, políticas e culturais de acordo com a máxima liberal e preponderante: a maximização do lucro. O Lucro seria então objetivo, alcançado pela lógica mercadológica, que possibilitaria um maior acúmulo de capital, com conseqüente retorno desse capital no ciclo capitalista aumentando a produção, gerando empregos e mais crescimento econômico, levando ao verdadeiro desenvolvimento de determinada sociedade. (SMITH, 1996)

Desse modo, é possível visualizar uma discussão do modelo liberal-capitalista imposto, ainda por quem defende a manutenção desse sistema e defende uma ascensão econômica dos países periféricos ou subdesenvolvidos, mas é necessário tecer uma crítica ainda mais consistente e fundamentada no próprio modo de construção do pensamento e da ideia de desenvolvimento.

(...) O desenvolvimento pode inclusive não ter conteúdo, mas justifica seus próprios meios até os fracassos. Aceitamos as próprias regras do “vale-tudo”. Tudo é tolerado na luta para deixar o subdesenvolvimento em busca do progresso. (...) Por isso, aceitamos a devastação ambiental e social em troca de alcançar o “desenvolvimento”, pelo “desenvolvimento, para citar o exemplo, aceita-se a grave destruição humana e ecológica provocada pela megamineração, e **nesse sentindo incluímos a atividade ilegal do garimpo** mesmo sabendo que ela aprofunda a modalidade de acumulação extrativista herdada da colonização e que é uma das causas diretas do subdesenvolvimento. (ACOSTA, 2016, p. 51-52)⁸

Por esses aspectos que ressaltamos que a ideia colonial de desenvolvimento apresentada ao longo da tradição histórica, se confunde com o avanço do modo de pensar colonial. Uma vez que questões econômicas sempre estarão à frente dos demais aspectos da vida em sociedade. E é essa ideia de desenvolvimento, comumente confundido com o acúmulo de riquezas e transformado em fundamento do modo de produção capitalista, que vem tornando o

⁷Grifo nosso

⁸Grifos nosso.

extrativismo do Ouro e outros minérios em terras indígenas uma atividade necessária ao progresso. Nesse sentido Gudynas nos diz:

O avanço da exploração de recursos minerais e petrolíferos e as monoculturas de exportação desencadeiam profundos impactos territoriais. Em muitos casos, representam a chegada, em áreas remotas, de contingentes de operários e técnicos e seus equipamentos, voltando a criar economias de enclave. Este processo determina e fortalece um processo de “desterritorialização”, no qual o Estado não consegue garantir sua presença de forma adequada e homogênea em todo o território e se vê limitado na proteção dos direitos dos cidadãos ou na prestação de serviços públicos, mas, ao mesmo tempo, é muito ativo na promoção e defesa desses enclaves extrativistas (GUDYNAS, 2012, p. 310).

Estes projetos sempre se apresentam com a ideia de avanço para o país alcançar o status de desenvolvido, como apontava o exemplo norte-americano, dever-se-ia passar por um crescimento econômico. O “bolo” deveria primeiro crescer para depois distribuí-lo – embora não igualmente dividido – na perspectiva do ministro da fazenda Antônio Delfim Netto, durante o chamado “milagre econômico”, como nos aponta Gudynas (2011):

La idea del desarrollo quedó, por tanto, atada al crecimiento económico y en consecuencia, también quedaron subordinados los temas del bienestar humano, ya que se consideraba que la desigualdad y la pobreza se resolverán esencialmente por medios económicos. (GUDYNAS, 2011, p. 23)

Nesse mesmo debate, Gudynas nos aponta maiores detalhes e características dominantes sobre essa perspectiva de desenvolvimento que tanto impacta os povos indígenas:

Las ideas convencionales acerca del desarrollo lo entienden como un continuo progreso que se desenvuelve em vários planos, todos vinculados entre sí, como crecimiento económico, el avance de la ciencia y la tecnología, o una construcción política y cultural a imagen de los países industrializados. El desarrollo es, por lo tanto, un conjunto de conceptos, sus institucionalidades y prácticas, [...] entendido en esa pluralidad, el desarrollo es una idea dominante, donde una de sus expresiones actuales más vigorosa es el extractivismo. (GUDYNAS, 2013. P. 190)

Se as leituras decoloniais denunciam a parcialidade da produção de conhecimentos e saberes, demonstrando a marginalização da produção aquilo que se convencionou chamar genericamente de “Terceiro Mundo”, analisar a configuração do sistema mundial requer

compreensão do modo como se reproduz a colonialidade⁹. Requer também perceber o surgimento dos processos decoloniais que reformulam histórias locais das sociedades subalternizadas:

As classes subalternas não se sentem à vontade com a estrutura social imposta pelas elites dominantes, e isso tem feito com que o caráter hegemônico do capitalismo desgaste e se torne ainda mais autoritário. É o que está ocorrendo em boa parte da Europa e da América Latina, **em especial no Brasil de Jair Bolsonaro**¹⁰. (ACOSTA & BRAND, 2018, p. 19)

Falando em escala global, pode-se identificar os países ditos subdesenvolvidos como atores do espaço marginalizado. Se a lógica do discurso hegemônico de desenvolvimento foi deixada de lado, surgem outros enunciados, o que revela a existência de “*locus* enunciativo contra hegemônico” em relação às verdades imputadas pela modernidade (NESKE, 2014). Tal sobreposição do colonizador sobre o colonizado se perpetuou na história pós-colonial, de modo que há uma inferiorização, não só dos sujeitos, como dos territórios tidos como regiões incompetentes para alcançar o modelo estabelecido de desenvolvimento. Essas regiões serão rotuladas como subdesenvolvidas, atrasadas, e pobres devendo por isso servir àquelas que conseguem “sustentar” o mundo.

Entretanto, nesses territórios, existem interlocutores que, enunciando posições diversas à hegemônica, elaboram uma construção positiva de si mesmos ressignificando direitos historicamente negados, e isso podemos perceber na luta dos povos originários em defesa da Amazônia, que estão anos lutando pela preservação da floresta. Daí a importância de notar os territórios, os sujeitos e culturas, já que o desenraizamento que decorre da globalização é um fator da condição moderna (ESCOBAR, 2005).

A busca pelo El Dorado nunca deixou de estar no imaginário das classes dominantes em sua relação com a conquista do território. E isso desde o pau-brasil, cuja tintura se transforma em ouro e prata. E que nos legará, inclusive, um adjetivo pátrio raro terminado em eiro – brasileiro – epíteto que designava, em Portugal durante o período colonial, o português que voltava rico por explorar o Brasil. (...) Quantos não são os camponeses, indígenas e quilombolas que vão, em algum momento, buscar/faiscar nos garimpos sua sobrevivência. Enfim a busca do El Dorado atravessou nossa formação territorial impulsionada pelas classes dominantes na conquista que sempre estimularam frentes oficiais e já com parcerias público-privadas com suas Entradas e Bandeiras, como também controlando os circuitos comerciais a que os pequenos

⁹Anibal Quijano (2005) diferencia o pensamento colonial, que se instala com o avanço europeu nos mares e os processos de “descobrimientos”, e sua perpetuação ou reprodução mesmo após o fim da colonização, que ele chama de colonialidade.

¹⁰Grifo nosso.

exploradores de ouro e pedras preciosas e semipreciosas se viam obrigados a recorrer. (PORTO-GONÇALVES, 2020. p. 10-11)

E sobre essa noção da perda do território, percebemos que tem ocorrido com grande incidência no avanço do garimpo, uma vez que, essa atividade tem alterado a paisagem geográfica da Terra Indígena Kayapó, causando um grande impacto Sociocultural entre os indígenas que vivem na TIK e entre os próprio garimpeiros, que iludidos pelo discurso do progresso dos aliciadores (neocolonizadores) acabam deixando de lado sua cidade, famílias em nome do dinheiro, sendo observado que o único ganho que o garimpo tem gerado para os garimpeiros é o avanço da malária, doenças ocasionadas pela exposição excessiva do mercúrio e pobreza e, do lado dos indígenas, a perda e destruição da floresta, contaminação dos rios, assoreamento do solo, fora os problemas de saúde pública gerada pela atividade garimpeira em terras indígenas.

Um dos efeitos da destruição gerada por esta atividade pode ser notada nos garimpos de ouro que estão instalados em diversas terras indígenas na Amazônia, ressaltando que as TI Yanomami, TI Munduruku e a TI Kayapó tem sido as mais impactadas por conta dessa atividade ilegal, uma vez que, uma grande carga de sedimentos é despejada ao longo dos rios, provocando forte contaminação dos rios e das pessoas em decorrência da utilização do Mercúrio, criando uma forte preocupação na saúde pública na região amazônica. A utilização de mercúrio para amalgamar as partículas finas de ouro no processo de sua extração, lança aos rios centenas de toneladas de mercúrio, substância altamente tóxica. Concentrações de mercúrio nos peixes do rio Fresco na região sudeste do Pará, tem atingido diretamente os Mebêngôkre-Kayapó da TIK. Lembrando que o peixe é a proteína que se faz, mas presente na dieta dos residentes na Amazônia, incluindo os povos indígenas que habitam as regiões fortemente atingidas por essa atividade ilegal. Como bem nos mostra Kopenawa (2015):

(...) Tinha visto os brancos rasgarem a floresta para construir uma estrada. Eu os tinha visto derrubar suas árvores e queimá-las para plantar capim. Eu conhecia o rastro de terras vazias e de doenças que deixam atrás de si. Apesar disso, sabia ainda pouca coisa a respeito deles. Foi quando os garimpeiros chegaram até nós que realmente entendi de que eram capazes os *napë*. Multidões desses forasteiros bravos surgiram de repente, de todos os lados, e cercaram em pouco tempo todas as nossas casas. Buscavam com frenesi uma coisa maléfica da qual jamais tínhamos ouvido falar e cujo nome repetiam sem parar: *oru*– ouro. Começaram a revirar a terra como bando de queixadas. (...) Entendi logo que os garimpeiros eram verdadeiros comedores de terra e que iam devastar tudo na floresta. (...) Se deixarmos os garimpeiros cavarem

por toda parte, como porcos-do-mato, os rios da floresta logo vão se transformar em poças lamacentas. (KOPENAWA, 2015, p.335-36).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das análises das fontes, observamos que hoje existem cerca de 110 conflitos ambientais envolvendo mineração e garimpo conforme nos mostra o Mapa de Conflitos Envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil (2019), Apesar das limitações legais, os povos indígenas estão envolvidos em 36 casos, seja porque foram afetados indiretamente por acidentes ambientais e outras consequências das atividades de mineração, seja porque seus territórios foram invadidos por garimpos ilegais como é o caso da TI Kayapó.

Com base nas fontes consultadas ao longo dessa pesquisa histórico-antropológica, apresentamos como o avanço do garimpo ilegal tem se consolidado na TI Kayapó desde os anos 80 até os dias atuais, inclusive mostrando que nenhuma das ações do poder público tem sido o suficiente para impedir essa ação predatória, de violência e destruição, em nome de um capitalismo nefasto que inclusive pode aniquilar os seres humanos e não humanos, como bem observa Krenak (2020):

(...)em nome do poder o homem tem sido a praga do planeta, uma espécie de ameoba gigante. Ao longo da história os humanos, aliás, esse clube exclusivo da humanidade – que está na declaração universal dos direitos humanos e nos protocolos das instituições –, foram devastando tudo ao seu redor. É como se tivessem elegido uma casta, a humanidade. Não são só os caiçaras, quilombolas e povos indígenas, mas toda a vida que deliberadamente largamos à margem do caminho. E o caminho é o progresso: essa ideia prospectiva de que estamos indo para algum lugar. Há um horizonte, estamos indo para lá, e vamos largando no percurso tudo que não interessa. (KRENAK, 2020. p.10)

Durante a pesquisa ficou muito esclarecido qual a real intenção do Poder Político brasileiro sobre a questão da exploração de recursos minerais em terras indígenas, pois através do PL 191/2020, fica em evidência a agenda anti-indígena do atual governo. Essa questão se reforça com a Instrução Normativa 09/2020 da Funai, que limita a categoria de terras indígenas àquelas já homologadas para efeito de emissão de declaração e limites e respostas a consultas oficiais sobre a existência ou não de terras indígenas em determinadas áreas

Sabemos que ainda temos muito trabalho pela frente, uma vez que não analisamos com profundidade as questões dos conflitos internos que ocorrem em decorrência do garimpo na TI Kayapó, questão que pretendemos analisar na segunda etapa da pesquisa. Durante o

levantamento das fontes para esta pesquisa, foi verificado que a TI que mais tem sofrido com o avanço do garimpo é a TI Kayapó, no entanto, tivemos grandes dificuldades em encontrar notícias, relatórios de organizações não governamentais, ações do MPF entre outros, fato que nos instiga a investigar quais os reais motivos ou interesses que envolve essa ausência de informação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACOSTA, Alberto. **O bem viver: Uma oportunidade para imaginar outros mundos.** São Paulo: ed. Elefante, 2016.

AMARAL, Alberto. **O avanço dos Garimpos Ilegais na Terra Indígena Kayapó.** Uma análise histórico-crítica desse conflito – 2000 a 2020. Relatório final do Pibic 2021-2022. Museu Paraense Emílio Goeldi: Belém. 2022.

ARAÚJO, Roberto; LÉNA, Philippe. **Da predação à sustentabilidade na Amazônia: a difícil metamorfose.** In. ARAÚJO, Roberto; LÉNA, Philippe. *Desenvolvimento Sustentável e Sociedades na Amazônia.* Belém: Ed. MPEG. 2011.

ARÁOZ, HorácioMachado. **Mineração, genealogia do desastre.** São Paulo: Ed Elefante, 2020.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Índios no Brasil: História, direitos e cidadania.** São Paulo: Claro Enigma. 2012.

COELHO, M. C. N.; WANDERLEY, L. J.; COSTA, R. C. **Extratativismo do Ouro no Século XXI.** Exemplos no Sudoeste da Amazônia Brasileira. Anuário do Instituto de Geociências – UFRJ, Rio de Janeiro, v. 39, n. 3, p. 05-14, 2016.

ESCOBAR, Arturo. **O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós desenvolvimento?** In: LANDER, Edgar. (Org.) *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas,* Buenos Aires: Cosejo latino-americano de Ciencias Sociales (CLACSO), 2005.

FOUCAULT, Michel. **História da Loucura na Idade Clássica**, São Paulo: Perspectiva, 1978.

GORDON, Cesar. **Economia Selvagem: ritual e mercadoria entre os índios Xikrin-Mebêngôkre**. São Paulo: ISA/NUTI/UNESP. 2006.

GUDYNAS, Eduardo. **O novo extrativismo progressista na América do Sul: teses sobre um velho problema sob novas expressões**. In. LÉNA, Phillipe; NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. **Enfrentando os limites do crescimento: sustentabilidade, decrecimento e prosperidade**. Rio de Janeiro: Garamond, 2018.

INGREZ DE SOUZA, C. N. **Vantagens, vícios e desafios. Os Kayapó Gorotire em tempos de desenvolvimento**. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

JEROZOLIMSKI, A.B. ZIMERMAN. **Alternativas Econômicas Sustentáveis**. In Povos Indígenas no Brasil 2006/2010. Editado por B. Ricardo e F. Ricardo, pp. 506-508. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2011.

LEA, VANESSA. **Riquezas Intangíveis de Pessoas Partíveis: Os Mëbêngôkre (Kayapó) do Brasil Central**. São Paulo: Edusp e Fapesp, 2012

KAYAPÓ – **Manifesto Kayapó contra o Garimpo**. Out. de 2020. Disponível em: https://www.socioambiental.org/sites/blog.socioambiental.org/files/nsa/arquivos/manifesto_kayapo_contra_garimpo_.pdf. Acesso em: 15 jan. 2021.

KRENAK, Ailton. **A vida não é útil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

KOPENAWA, Davi & ALBERT, Bruce. **A queda do céu: palavras de um xamã yanomami**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

MAPBIOMAS. Projeto MapBiomias – Mapeamento da superfície de mineração industrial e garimpo no Brasil - Coleção 6. Disponível https://mapbiomas-br-site.s3.amazonaws.com/Fact_Sheet_1.pdf. Acessado 10 jan. 2022.

MAPA DE CONFLITO: **Território Kayapó sofre com expressivo processo de contaminação, desmatamento, destruição e garimpo ilegal**. Mapa de Conflitos Envolvendo

Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil, 2018. Disponível em: <http://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/pa-territorio-kayapo-sofre-com-expressivo-proceso-de-contaminacao-desmatamento-destruicao-e-garimpo-ilegal/>. Acesso em: 13 dez. 2021.

MPF – MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. **Mineração Ilegal de Ouro Na Amazonia: Marcos Jurídicos e Questões Controversas**. Brasília: MPF, 2020a. Disponível em: <http://bibliotecadigital.mpf.mp.br/bdmpf/handle/11549/204922>. Acesso em: 8 jan. 2022.

PODCAST CAVA: **mineração em debate**. #10 A ameaça dos garimpos e do Projeto de Lei 191/2020 aos povos indígenas do Brasil. Participantes: Bruno Milanez, Luiz Jardim, Maria Luiza Munduruku e Juliana Batista. 18 dez. 2020. Disponível em: <http://emdefesadosterritorios.org/a-ameaca-dos-garimpos-e-do-projeto-de-lei-191-2020-aos-povos-indigenas-do-brasil-no-podcast-cava/>. Acesso em: 12 dez. 2021.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. “**Ninguém bebe minério**”: águas e povos versus mineração. In SANT’ANA JÚRIO, Horácio Antunes de; RIGOTTP, Raquel Maria (org). *Ninguém bebe minério – águas e povos versus mineração*. Rio de Janeiro: 7letras. 2022.

PÓVOA NETO, Helion. **No caminho das pedras**: itinerários na formação da mobilidade garimpeira. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Universidade de São Paulo, 1998.

QUIJANO, Anibal. **Colonialidade do Poder, eurocentrismo e América Latina**. In: Lander. E. *Colonialidade do Saber: Eurocentrismo e Ciências Sociais perspectivas latino-americanas*. CLACSO. 2005.

RIBEIRO, Gustavo Lins. **Diversidade cultural enquanto discurso global**. *Desigualdade e Diversidade*, Nº 2. Revista de Ciências Sociais, Puc-Rio. 2008.

TURNER, Terence. **Da cosmologia à história: resistência, adaptação e consciência social entre os Kayapó**. Tradução. Trabalho apresentado na reunião da ABA Associação Brasileira de Antropologia, Belém do Para, 1987. Disponível em <https://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/36777>, acessado em 18/09/2021.

_____. **Os Mebengokre Kayapó: História e Mudança Social.** De comunidades autônomas para a coexistência interétnica. In História dos Índios do Brasil. Editado por M. Carneiro da Cunha (Org), pp. 311-338. São Paulo: Ed. Schawarcz Ltda, 1992.

REDE XINGU+. **Dossiê: Garimpo no Xingu.** [S.I]. 2020. Disponível em: https://www.socioambiental.org/sites/blog.socioambiental.org/files/nsa/arquivos/dossie_garimp_o_no_xingu_6.pdf. Acesso em: 6 nov. 2021.

WANDERLEY, L. J. M. **Corrida do ouro, garimpo e fronteira mineral na Amazônia.** Revista Sapiência: Sociedade, Saberes e Práticas Educacionais. v.8, N.2, p.113-137.

WANDERLEY, L.; GONÇALVES, R.; MILANEZ, B. **O Interesse é no Minério: O neoextrativismo ultraliberal marginal e a ameaça de expansão da fronteira mineral pelo governo Bolsonaro.** Revista da ANPEGE. v. 16. n°. 29, p. 549 - 593, 2020.

WANDERLEY, L.; MOLINA, M. **O cerco do ouro: Garimpo, destruição e lutas em terra Munduruku.** Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente a Mineração. Brasília – DF. 2021.

Alberto da Silva Amaral

Graduado em Geografia, graduando em Sociologia – Universidade Estácio, Bolsista PIBIC/MPEG. Pesquisador do Grupo de Pesquisa Gesterra – CNPQ-UFPA e Grupo de Pesquisa, grupo de pesquisa Diversidade e Interculturalidade na Amazônia (DINA): Pesquisas colaborativas e pluridisciplinares.

E-mail: albertoamaral@gmail.com

Claudia Leonor López

Doutora em Antropologia, Pesquisadora Titular do Museu Paraense Emílio Goeldi - MPEG. Líder do Grupo de pesquisa e Grupo de Pesquisa, grupo de pesquisa Diversidade e Interculturalidade na Amazônia (DINA): Pesquisas colaborativas e pluridisciplinares.

E-mail:clapez@museu-goeldi.br.